ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E TERRITÓRIO: OS DESDOBRAMENTOS DO PROGRAMA ESCOLA DO RIO DOCE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GOVERNADOR VALADARES - MG

Antônio Carlos de Sena[1]
Fernanda Marinho Drumond[2]
Plínio Viana de Freitas Júnior[3]
Lucimar de Cássia Fonseca Silva[4]
Walice Soares Rodrigues[5]
Ana Paula Giavara[6]

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise sobre os desdobramentos das ações promovidas pelo Programa de Extensão e Formação Continuada de Educadores da Rede Pública dos Municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão em Minas Gerais, conhecido como Escola da Bacia do Rio Doce (PEBRID), na rede municipal de ensino de Governador Valadares. O programa surgiu como uma iniciativa prevista no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), estabelecido após o desastre, com o propósito de contribuir para a reparação dos danos socioambientais e socioeconômicos. O principal objetivo do Programa Escola do Rio Doce é proporcionar formação continuada aos profissionais da educação das redes públicas dos 36 municípios impactados, inserindo assuntos como mineração, rompimento de barragens e revitalização da Bacia do Rio Doce nas discussões em sala de aula, nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, no Plano Municipal de Educação (PME) e na elaboração de um Projeto Pedagógico Regional que visam estruturar processos formativos e práticas pedagógicas integradas com órgãos como o Conselho Municipal de Educação (CME). O estudo, que utiliza abordagem qualiquantitativa, empregou o método da pesquisa cartográfica, compreendido conforme Rolnik (2006) como o acompanhamento de processos e produção de sentidos no campo social, para investigar como o desastre/crime socioambiental foi incorporado ou silenciado nas políticas educacionais do município, na atuação do CME e no cotidiano das instituições escolares municipais. Os resultados mostram avanços e esforços do Programa para romper com o "silêncio pedagógico", evidenciados pela elaboração de Projetos Pedagógicos Experimentais (PPEEs), que indicam possibilidades de concretização. Contudo, destaca-se a ausência de discussões sobre mineração, rompimento de barragens e revitalização do Rio Doce, bem como temas correlatos, como Educação Ambiental, revelando lacunas críticas nos documentos normativos municipais. Diante disso, o artigo reforça a necessidade de realização de novos estudos sobre a temática, visando aprofundar o debate.

[1] Mestrando do Curso de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, professorantoniogv37@gmail.com;

[2] Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Vale do Rio Doce - MG, fernanda_marinho2006@hotmail.com;

[3] Graduado pelo Curso de Pedagogia da Universidade Vale do Rio Doce - MG, pliniovfj@hotmail.com

[4] Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. lucimar.fonseca@yahoo.com.br;

[5] Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Educação e Inclusão Social da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, walicers@gmail.com;

[6] Doutora pelo Programa de Pós Graduação em Educação da UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, anagiavara@gmail.com.

Palavras-chave: Cartografia Social; Educação Ambiental Crítica; Escola do Rio Doce; Projetos Pedagógicos Experimentais; Silêncio Pedagógico.

1. Introdução

O colapso da Barragem de Fundão, ocorrido em 5 de novembro de 2015 no município de Mariana - MG, desfechou o maior desastre socioambiental da história da mineração brasileira, lançando aproximadamente 43,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CARVALHO, 2022; TTAC, 2016). A pluma de lama percorreu mais de 660 quilômetros até atingir o Oceano Atlântico, provocando impactos devastadores em dezenas de municípios ao longo da calha do rio. Entre as localidades severamente atingidas, o município de Governador Valadares - MG, situado no Médio Rio Doce a cerca de 330 quilômetros do ponto de enchente, teve seu abastecimento de água potável totalmente interrompido por semanas, desencadeando um colapso social, econômico e sanitário sem precedentes na rotina de seus mais de 280 mil habitantes (SILVA, 2025; UFMG; UFOP, 2025).

No âmbito das instituições educacionais valadarenses, a tragédia não apenas desorganizou o calendário escolar e paralisou as atividades letivas, mas revelou a vulnerabilidade das escolas diante de emergências territoriais e ambientais. Em resposta às obrigações de reparação previstas no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), constituiu-se o Programa Escola do Rio Doce (PEBRID), uma ação de extensão e formação continuada coordenada de forma consorciada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em parceria com a Fundação Renova e as redes públicas de ensino (UFOP; UFMG, 2024). O programa foi estruturado com o propósito central de romper com o 'Silêncio Pedagógico' — fenômeno caracterizado pela omissão sistemática das temáticas minerárias e socioambientais nos currículos e Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) —, capacitando educadores para converter o impactos negativos do desastre ambiental em práxis pedagógica crítica e emancipatória (HUNZICKER; ANTUNES-ROCHA, 2022).

Nesse cenário, o presente artigo analisa a experiência de Governador Valadares com o Programa Escola do Rio Doce, focalizando com rigor e centralidade a trajetória vivida pela Rede Municipal de Ensino. Investiga-se como as ações formativas e a elaboração dos Projetos Pedagógicos Experimentais (PPEs) e os Projetos Políticos Pedagógicos Experimentais (PPEEs) tensionaram a cultura escolar local e impulsionaram a construção do Projeto Pedagógico Experimental do Município de Governador Valadares (PPEM-GV). Examina-se,

ISSN: 2358-8829

simultaneamente, o descompasso entre a efervescência pedagógica das salas de aula municipais e a rigidez normativo-institucional observada no Plano Municipal de Educação (PME-GV – Lei nº 6.636/2015) e nas atas do Conselho Municipal de Educação (CME/GV) (GOVERNADOR VALADARES, 2015; SILVA, 2025). O objetivo do estudo busca demonstrar a relevância do PEBRID como indutor de políticas públicas e instrumento concreto de justiça socioambiental e reparação educacional na Bacia do Rio Doce (UFMG; UFOP, 2026).

O Programa Escola do Rio Doce (PEBRID) foi concebido no âmbito das medidas reparatórias socioambientais como uma ação de extensão universitária e formação continuada de grande porte. Gerido em cooperação acadêmica entre a UFMG e a UFOP, com apoio operacional da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) e financiamento alocado via Fundação Renova, o programa foi estruturado a partir da Cláusula 62 do TTAC, objetivando o fortalecimento das redes públicas de ensino dos municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão (UFOP; UFMG, 2024).

A arquitetura metodológica do PEBRID organizou-se em quatro Percursos Formativos complementares: 1) Percurso dos Professores Referência (docentes universitários e especialistas); 2) Percurso dos Formadores (profissionais de orientação regional); 3) Percurso dos Tutores (mediadores pedagógicos locais); e 4) Percurso dos Cursistas (professores e gestores das redes públicas). Essa estrutura adotou a Pedagogia da Alternância como princípio orientador, alternando etapas de aprofundamento teórico intensivo (Tempo-Universidade) com períodos de vivência e aplicação prática investigativa nas escolas municipais (Tempo-Escola) (CARVALHO, 2022; UFMG; UFOP, 2025).

A adesão institucional da Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares deu-se mediante pactuação direta entre a coordenação geral do PEBRID e a Secretaria Municipal de Educação (SMED-GV). A governança local foi fortalecida com a atuação oficial dos Pontos Focais da SMED-GV, representados por Walice Soares Rodrigues e Fernanda Marinho Drumond (em articulação conjunta com Aureliana Manhani Rodrigues, Ponto Focal da SRE/GV) (PORTFÓLIO FINAL, 2026). Esses articuladores integraram reuniões mensais de acompanhamento de dezembro de 2021 a junho de 2026, garantindo a mobilização das 60 unidades escolares municipais, a cessão de espaços para oficinas presenciais e a inclusão das ações no calendário pedagógico da prefeitura.

Na Rede Municipal de Valadares, o envolvimento dos profissionais da educação registrou indicadores altamente expressivos. No aperfeiçoamento, ofertado em duas turmas, de 2022 a 2023 e de 2023 a2024, registraram-se 1.258 matrículas e 1.133 concluintes

ISSN: 2358-8829

integrais na cidade (índice de aproveitamento de 90,06%). Na produção prática de sala de aula, docentes municipais elaboraram 315 PPEs iniciais, consolidados em 406 PPEs aprimorados via editais. No Curso de Especialização, a reflexão institucional culminou na construção de 37 PPEEs em escolas públicas municipais (representando 45,7% dos 81 PPEEs do município, frente a 44 na rede estadual), cobrindo 59 escolas municipais e 16.953 estudantes do ensino fundamental e educação infantil (PEBRID/GT 9, 2026; PORTFÓLIO FINAL, 2026).

Quadro 2 -

Etapa Formativa / Dimensão	**Agentes e Instâncias da Rede Municipal**	**Resultados e Quantitativos Consolidados**
Adesão e Gestão Territorial	Ponto Focal SMED-GV (Walice Rodrigues / Fernanda Drumond)	Reuniões mensais (2021–2026) e pactuação com 60 escolas municipais
Curso de Aperfeiçoamento	Professores e gestores da Educação Infantil e Ensino Fundamental	1.258 matrículas e 1.133 concluintes integrais (90,06% de aproveitamento)
PPEs de Sala de Aula	Docentes da Rede Municipal em regência de classe	315 PPEs iniciais e 406 PPEs aprimorados e consolidados no acervo
Especialização (PPEEs)	Escolas Municipais sob orientação do Núcleo Orientador 9	37 PPEEs municipais criados (45.7% do total municipal de 81 PPEEs)
PPEM-GV (Projeto do Município)	GT 9 / PEBRID (Ana Paula Giavara, Wallice Rodrigues e equipe)	Abrangência direta de 59 escolas municipais e 16.953 estudantes

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Na sequência do entendimento da estrutura do programa, cumpre situar a especificidade geográfica de Governador Valadares no contexto da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Localizado a cerca de 330 quilômetros da Barragem de Fundão, o município sofreu severos desdobramentos com a chegada da pluma de rejeitos minerários em novembro de 2015. Longe de constituir um acidente fortuito ou uma fatalidade natural, o colapso da estrutura reflete as contradições do modelo neoextrativista e a sobreposição da lógica do Capitaloceno sobre a segurança territorial e ambiental das populações ribeirinhas (PIRES, 2023).

A irrupção do desastre desarticulou o cotidiano socioeconômico e alterou profundamente a rotina das instituições educacionais municipais valadarenses. O comprometimento imediato do abastecimento hídrico da cidade, somado à paralisação das atividades pesqueiras, comerciais e turísticas, desencadeou um cenário de instabilidade e desorganização nas rotinas escolares. Essa brutal alteração do território impôs a emersão de sentimentos de angústia e incerteza entre educadores e estudantes da rede municipal,

revelando que a extensão dos danos ultrapassou a degradação física dos recursos naturais e alcançou a dimensão subjetiva e pedagógica da comunidade (SILVA, 2025).

> A onda de rejeitos, composta principalmente por óxido de ferro e sílica, soterrou o subdistrito de Bento Rodrigues e deixou um rastro de destruição até o litoral do Espírito Santo, percorrendo 663,2 km de cursos d'água [...]. O silenciamento na discussão do tema em todas as atas demonstra a presença do Silêncio Pedagógico na prática dos professores e no currículo da escola.(CARVALHO, 2022, p. 121)

Ao adentrar a análise das práticas escolares, constata-se a prevalência histórica de um fenômeno teorizado como Silêncio Pedagógico. Essa categoria analítica caracteriza a ausência deliberada ou inconsciente dos temas relacionados à mineração, aos riscos de barragens e aos desastres socioambientais nos currículos e documentos institucionais. Em Governador Valadares, o diagnóstico empírico revelou que 82,9% das escolas municipais omitiam integralmente essas dinâmicas em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs), evidenciando uma desconexão entre o conteúdo trabalhado em sala de aula e as emergências socioambientais vividas no território (HUNZICKER; ANTUNES-ROCHA, 2022).

Diante desse silenciamento estrutural, a implementação do Programa Escola do Rio Doce atuou como vetor de mobilização e transformação da práxis docente nas unidades municipais. O processo formativo propiciou a elaboração de 315 Projetos Pedagógicos Experimentais de sala de aula e culminou na estruturação de 37 PPEEs específicos da Rede Municipal (articulados aos 44 da rede estadual). Essa produção materializou o engajamento dos professores municipais na conversão de vivências territoriais em projetos interdisciplinares.

A ressignificação da prática educativa nas escolas municipais permitiu igualmente a emersão de uma consciência crítica acerca da condição coletiva de atingido pelo desastre minerário. Ao superarem percepções restritas que vinculavam a condição de vítima apenas à proximidade física do leito do rio ou ao soterramento por lama, os sujeitos escolares municipais passaram a reconhecer o impacto sistêmico do colapso sobre a água potável, a saúde e a economia urbana. Não obstante o expressivo avanço observado nas salas de aula municipais, a consolidação dessa ruptura exige sua incorporação permanente na cultura institucional, evitando que as ações fiquem restritas a iniciativas isoladas de docentes capacitados (UFMG; UFOP, 2025).

Em contraposição à efervescência pedagógica registrada no chão das escolas municipais, a análise das instâncias de governança e dos marcos normativos municipais revelou uma profunda paralisia institucional. A investigação cartográfica deteve-se sobre o

ISSN: 2358-8829

Conselho Municipal de Educação de Governador Valadares (CME/GV), órgão instituído pela Lei Municipal nº 3.628/1992 e reestruturado pelas Leis nº 7.533/2023 e 7.717/2024, regido pelo Regimento Interno aprovado em 16 de abril de 2025.

2. Metodologia

A investigação fundamentou-se na abordagem qualiquantitativa ancorada no método da Cartografia Social e Crítica, orientada com o acompanhamento de processos e à produção compartilhada de conhecimentos em territórios atingidos por desastres socioambientais. Diferenciando-se das abordagens cartográficas tradicionais de caráter meramente descritivo, assume-se a perspectiva micropolítica formulada por Risler e Ares (2013), que concebe o mapeamento como um dispositivo participativo e transformador de intervenção socioeducativa. Por meio do acompanhamento vivo das dinâmicas escolares, a metodologia permitiu cartografar as representações, ausências e movimentos de ressignificação construídos pela comunidade docente da Rede Municipal de Governador Valadares após a tragédia da mineração (UFMG; UFOP, 2025).

Para compreender a amplitude dos desdobramentos do Programa Escola do Rio Doce com foco específico na Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares, este trabalho orienta-se pelos seguintes objetivos específicos:

• Mapear e caracterizar a estrutura formativa do PEBRID, detalhando a adesão institucional da Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares (SMED-GV) e a participação dos profissionais da rede municipal em suas diferentes etapas.

• Analisar o desenvolvimento e os efeitos dos produtos da etapas do PEBRID na busca pela superação do Silêncio Pedagógico.

• Apresentar dados e situações levantadas pelos produtos desenvolvidos quanto à Governança Educacional Municipal frente ao Rompimento da barragem, mineração e revitalização.

A operacionalização empírica envolveu diferentes procedimentos (mapeamento de escolas, acesso a atas de reuniões, levantamento de projetos das escolas municipais entre outros) para o levantamento de de dados, também a análise documental centrados no município de Governador Valadares. No QUADRO 1 que segue, estão organizados os nomes das instâncias investigadas; os números das escolas e dos documentos e o que foi objeto de análise.

Quadro 1 - Organização do levantamento dos dados

ISSN: 2358-8829

Dimensão / Instância	Escopo Empírico Focado em Governador Valadares	Objetivo Analítico e Foco Municipal
Rede Municipal de Ensino	60 escolas mapeadas (100% da rede); 16.953 estudantes	Diagnóstico do Silêncio Pedagógico e mapeamento georreferenciado
Projetos Escolares (PPEEs)	37 PPEEs municipais (comparados a 44 estaduais; 81 total)	Análise da práxis interdisciplinar e memória territorial no chão da escola
Conselho Municipal (CME/GV)	130 atas analisadas (111 ordinárias e 19 extraordinárias; 2014–2025)	Mapeamento da governança municipal e verificação do Silêncio Institucional
Plano Municipal (PME-GV)	Lei Municipal nº 6.636/2015 e Projeto PPEM-GV (2026)	Análise das omissões do plano decenal e proposição da nova legislação (2026–2036)

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

3. Resultados e Discussão

Em Governador Valadares, o rompimento da Barragem de Fundão colocou em evidência formas específicas de resistência ao debate crítico sobre a mineração. A superação do silêncio pedagógico no município enfrentou entraves de ordem geográfica, ideológica, pedagógica e institucional. Os Projetos Pedagógicos Experimentais (PPEs/PPEEs) desenvolvidos pelos professores da rede atuaram como dispositivos chave para contornar essas barreiras no chão da escola.

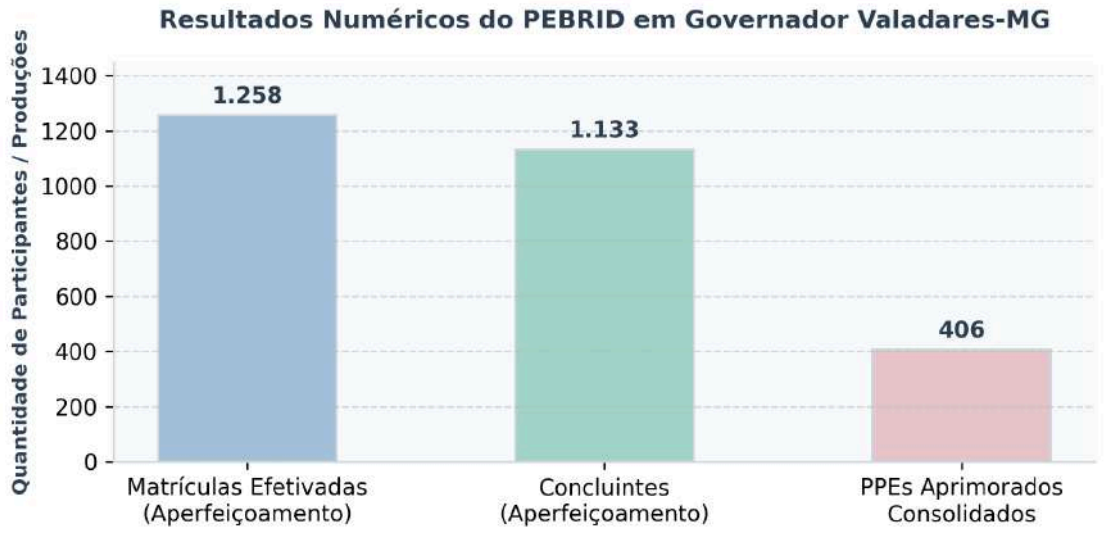
Por estar situada a cerca de 330 km do epicentro do desastre e não possuir extração direta de minério de ferro em seu perímetro urbano, prevalecia na comunidade e no corpo docente a falsa ideia de "distanciamento" e a percepção de que a cidade não dependia da mineração nem havia sido atingida. A condição de "atingido" era compreendida apenas como o soterramento físico imediato por lama. Isto porque as empresas mineradoras atuavam historicamente na veiculação de uma imagem exclusivamente positiva e ufanista da extração mineral junto às escolas e à população. Essa narrativa atenuava a percepção dos riscos socioambientais e do perigo de colapso de barragens.

Professores e gestores relatavam falta de conhecimento prévio e ausência de materiais pedagógicos adequados para abordar a segurança hídrica, a geologia regional e os impactos da mineração nos currículos escolares. O diagnóstico inicial do programa revelou que 82,9% das escolas municipais de Valadares omitiam totalmente a temática minerária em seus Projetos Político-Pedagógicos (PPPs). Além disso, os órgãos de gestão educacional e os planos decenais mantinham um distanciamento burocrático, focando em questões administrativas sem pautar o desastre socioambiental.

Os PPEs e PPEEs contornaram as resistências no chão da Escola possibilitando a ressignificação da noção de atingido a partir da água do Rio Doce. Em vez de tratar a

mineração como um tema abstrato ou distante, os professores conectaram os projetos à realidade imediata dos estudantes. O suporte formativo e segurança epistemológica pelo PEBRID, pela retaguarda acadêmica da UFMG, UFOP e FUNDEP — por meio de tutores, orientadores e encontros de formação — forneceu aos educadores a fundamentação teórica necessária para tratar de "temas sensíveis" com segurança, superando o receio de retaliações ou abordagens inadequadas.

Gráfico 1 -.



Fonte:

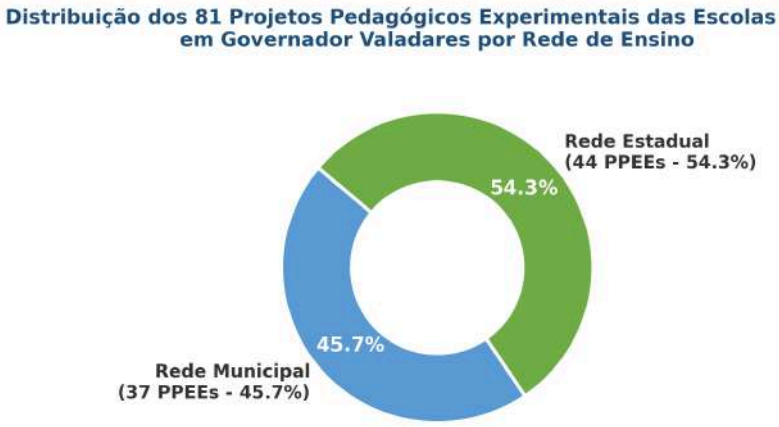
Os PPEs problematizaram a interrupção do abastecimento hídrico que afetou a cidade por dias, a contaminação do rio, a paralisação da pesca e a perda dos espaços de lazer. Essa abordagem permitiu aos alunos e famílias compreenderem que a degradação da bacia atinge diretamente seu cotidiano.

Os docentes utilizaram rodas de conversa, cartografias afetivas, entrevistas com moradores antigos, feiras de conhecimento e pesquisas de campo. A escola deixou de transmitir aulas expositivas tradicionais e tornou-se um espaço de escuta ativa e reconstrução da memória territorial do Rio Doce. Para superar a escassez de materiais didáticos, os professores elaboraram maquetes, cadernos de apoio, cartilhas, poesias e jogos pedagógicos. As atividades integraram Língua Portuguesa, Geografia, História, Ciências e Arte, permitindo tratar de temas complexos de forma adequada a cada etapa de ensino.

Os PPEs de sala de aula desdobraram-se em 81 Projetos Pedagógicos Experimentais das Escolas (37 municipais e 44 estaduais) realizando assim, a transição da ação individual para o Projeto Institucional da Escola (PPEEs). Ao envolver diretores, coordenadores e a

comunidade do entorno, a temática deixou de ser uma iniciativa isolada de um único professor e passou a integrar o plano de ação coletivo da instituição, servindo de base para o projeto do município (PPEM-GV).

Gráfico 2 - Distribuição dos 81 Projetos Pedagógicos Experimentais das Escolas (PPEEs) em Governador Valadares por Rede de Ensino.



Fonte:

A análise documental sistemática de 130 atas de reuniões ordinárias (111 atas - 85,4%) e extraordinárias (19 atas - 14,6%) do CME/GV, abrangendo o período de 2014 a 2025, revelou a prevalência absoluta de pautas burocrático-administrativas tradicionais (credenciamento de creches, autorização de turmas e validação de calendários). Constatou-se a ausência total de discussões, resoluções ou diretrizes voltadas ao rompimento da Barragem de Fundão, à contaminação do Rio Doce ou à gestão de riscos minerários. Essa omissão comprova que o 'Silêncio Pedagógico' reproduziu-se no próprio órgão central de controle social da educação municipal (CARTOGRAFIA CME, 2025; SILVA, 2025).

Paralelamente, a cartografia do Plano Municipal de Educação de Governador Valadares, instituído pela Lei Municipal nº 6.636/2015 para o decênio 2015–2025 em alinhamento ao PNE (Lei nº 13.005/2014), evidenciou um gravíssimo descompasso normativo. Promulgado meses antes do desastre de 2015, o PME-GV não continha qualquer meta, diretriz ou estratégia relacionada à segurança hídrica, à prevenção de riscos socioambientais ou à reparação educacional das populações atingidas, mantendo redações ambientais genéricas e descontextualizadas da Bacia do Rio Doce (GOVERNADOR VALADARES, 2015; RELATÓRIO SEMINÁRIO PPEM, 2026).

Quadro 3 -

ISSN: 2358-8829

Instância / Documento	Base Legal e Composição Municipal	Diagnóstico e Achados da Cartografia Focada na Rede Municipal
Conselho Municipal (CME/GV)	Lei nº 3.628/92, Leis nº 7.533/23 e 7.717/24; Regimento 2025 (22 membros)	130 atas analisadas: atuação reativa e burocrática; total ausência da pauta minerária e hídrica (Silêncio Institucional)
Plano Municipal (PME-GV)	Lei Municipal nº 6.636, de 24 de junho de 2015 (Decênio 2015–2025)	Omissão total de metas ou estratégias sobre gestão de riscos, desastres e reparação educacional na rede municipal
Escolas Municipais e PPPs	60 instituições de ensino municipal e Projetos Político-Pedagógicos	82.9% dos PPPs municipais omitiam mineração e meio ambiente antes da intervenção formativa do PEBRID
Interface de Governança	Articulação SMED-GV, CME/GV e Unidades Escolares Municipais	Descompasso entre a inovação pedagógica do chão da escola municipal e a inércia dos órgãos centrais de política pública

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Visando superar essa paralisia regulatória e preencher o vazio normativo do plano decenal municipal, o Grupo de Trabalho 9 do programa elaborou o Projeto Pedagógico Experimental do Município de Governador Valadares (PPEM-GV). Construído coletivamente por uma comissão técnica, o PPEM-GV foi projetado para cobrir diretamente as 59 escolas municipais e 16.953 estudantes do ensino fundamental e educação infantil da prefeitura (PPEM-GV, 2026; PORTFÓLIO FINAL, 2026).

A validação e repactuação pública do documento culminaram na realização do Seminário Municipal do PPEM, promovido em 28 de abril de 2026 na sede do CME/GV (Polo UAB), durante reunião ordinária presencial do conselho. O evento reuniu conselheiros, gestores da SMED-GV, professores da rede municipal e representantes da sociedade civil (RELATÓRIO SEMINÁRIO PPEM, 2026). Na oportunidade, repactuou-se o protocolo formal do PPEM-GV junto ao CME/GV e à SMED-GV até meados de maio de 2026, consolidando o documento como diretriz técnica e política para nortear a redação do novo PME-GV (2026–2036).

A proposta estratégica foi articulada em quatro eixos normativos, financeiros e pedagógicos, garantir a sustentabilidade de longo prazo dos projetos desenvolvidos pelo PEBRID, dos PPEEs e do PPEM-GV. A proposta visa a institucionalização normativa no novo Plano Municipal de Educação (PME-GV 2026–2036) através de metas e indicadores bienais. Nela está previsto:

- Inserção de metas quantificáveis de redução do "silêncio pedagógico", acompanhadas por mecanismos anuais de coleta de dados e indicadores bienais de avaliação

ISSN: 2358-8829

(como a porcentagem de Projetos Político-Pedagógicos [PPPs] que contemplam a temática, o número de escolas com projetos ativos e as horas de formação docente realizadas);

- Garantia de um adicional de 10% nos recursos do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação nos Municípios (PRODEM) direcionado especificamente às escolas municipais situadas em localidades ribeirinhas.

- Vinculação das metas educacionais aos recursos de compensação socioambiental destinados à educação no âmbito do Plano de Reparação Integral do Rio Doce, alinhando a sustentabilidade financeira à Meta 20 (financiamento da educação).

- Elaboração de resolução específica pelo CME/GV para institucionalizar a obrigatoriedade dos temas da mineração, do rompimento de barragens e da revitalização hídrica nos PPPs das unidades de ensino.

- Instituição de um Fórum Permanente sobre mineração, rompimento e revitalização, vinculado ao CME/GV e com participação da sociedade civil e lideranças territoriais, responsável pelo acompanhamento contínuo e pela validação dos resultados.

- Institucionalização, no âmbito da SMED-GV, de um programa permanente de formação continuada em Educação Socioambiental com carga horária mínima de 40 horas anuais para professores e gestores, incluindo módulos específicos sobre gestão de riscos e protocolos em desastres.

- Criação de bancos de dados territoriais, parcerias contínuas com Instituições de Ensino Superior (IES) e desenvolvimento de materiais lúdicos e didáticos (cartilhas, jogos e animações) integrados desde a Educação Infantil.

Quadro 4 -

Eixo Estratégico do PPEM-GV	**Proposição Normativa e Mecanismo de Ação**	**Impacto Esperado na Rede Municipal de Valadares**
Financiamento e Aporte PRODEM	Garantia de adicional de 10% do PRODEM para escolas ribeirinhas (Art. 8º §1º) e vinculação à Meta 20	Sustentabilidade financeira direta para projetos socioambientais nas escolas municipais mais vulneráveis
Formação Continuada Permanente	Programa contínuo em Educação Socioambiental Crítica na SMED-GV com carga mínima de 40h/ano	Capacitação permanente do corpo docente municipal em gestão de riscos, segurança hídrica e protocolos
Revisão dos PPPs Municipais	Obrigatoriedade de inclusão das temáticas da mineração, água e revitalização nos PPPs	Institucionalização curricular e superação definitiva do Silêncio Pedagógico na rede municipal
Monitoramento Bienal e Controle	Estabelecimento de indicadores bienais de acompanhamento e criação do Fórum Permanente no CME-GV	Garantia de controle social, transparência e continuidade das ações de reparação educacional decenal

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

ISSN: 2358-8829

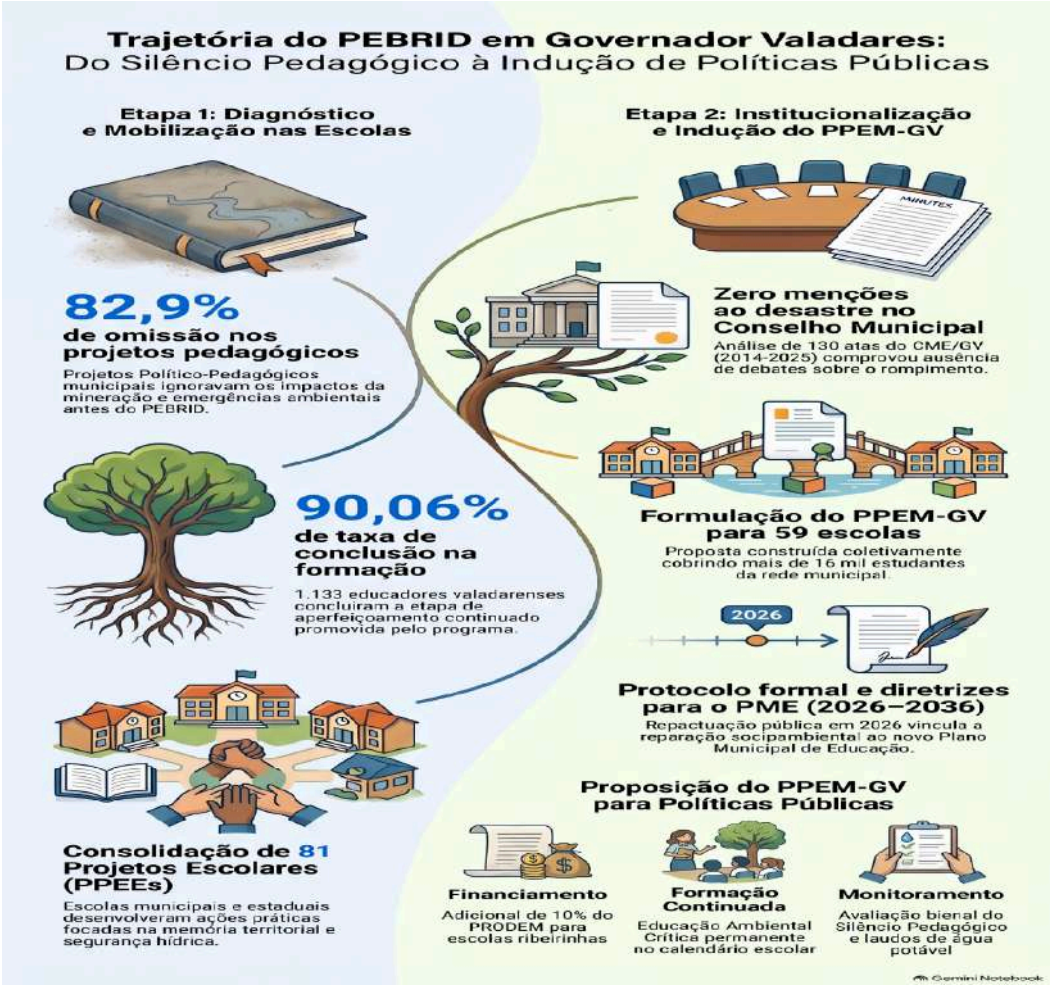
> *"As estratégias evidenciam a necessidade de fortalecer a articulação entre educação, território, memória, justiça socioambiental e revitalização da Bacia do Rio Doce, reconhecendo a escola como espaço de produção de conhecimento, participação democrática e enfrentamento do chamado 'Silêncio Pedagógico'. Nesse sentido, o documento reafirma a importância de incorporar, de forma permanente, temas relacionados à mineração, à gestão de riscos, à segurança hídrica, à sustentabilidade e aos impactos socioambientais nos processos formativos, nos currículos e nas políticas públicas educacionais do município, com prioridade para o PME-GV." (PEBRID/GT 9, 2026, p. 31)*

4. Considerações Finais

Em síntese, o estudo da experiência de Governador Valadares no âmbito do Programa Escola do Rio Doce revela uma marcada dualidade entre a fertilidade das práticas escolares e a rigidez dos instrumentos normativos de gestão. Enquanto a mobilização docente logrou êxito na construção de 81 projetos escolares e na superação do silêncio pedagógico em sala de aula, a governança municipal e o planejamento decenal permaneceram alheios às transformações territoriais provocadas pelo desastre. Por conseguinte, a efetivação do Projeto Pedagógico Experimental do Município (PPEM-GV) e seu protocolo junto à SMED/GV e ao CME/GV configuram-se como passos indispensáveis para consolidar a reparação educacional, salvaguardar a memória e assegurar o direito a uma Educação Ambiental Crítica no próximo Plano Municipal de Educação (2026–2036) (UFMG; UFOP, 2025; RELATÓRIO SEMINÁRIO, 2026).

Figura 1 - Trajetória do PEBRID na Rede Municipal de Ensino de Governador Valadares: Do Diagnóstico à Indução Normativa.

ISSN: 2358-8829



Fonte: Elaborado pelos autores com suporte do modelo Gemini (Google, 2026).

Nesse cenário, a construção participativa e o protocolo formal do Projeto Pedagógico Experimental do Município (PPEM-GV) configuram-se como divisor de águas e instrumento indispensável de transição para o novo decênio educacional (2026–2036) (RELATÓRIO SEMINÁRIO PPEM, 2026). Ao propor a inclusão obrigatória da temática minerária e socioambiental no novo PME-GV, o financiamento diferenciado para escolas ribeirinhas e a criação do Fórum Permanente junto ao CME/GV, o PEBRID deixa um legado concreto que assegura o direito à memória, à justiça socioambiental e a uma Educação Ambiental Crítica para as futuras gerações de Governador Valadares (PEBRID/GT 9, 2026).

REFERÊNCIAS

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; RIBEIRO, Luiz Paulo; AMORIM-SILVA, Karol de Oliveira. Representações Sociais em Movimento: construindo uma categoria analítica com base na pesquisa em áreas atingidas por desastres minerários. In: ANTUNES-ROCHA, M. I. et al. Possibilidades e limites da educação escolar no processo de reconstrução das áreas

campesinas atingidas pelo Rompimento da Barragem de Fundão. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

CARTOGRAFIA CME. Cartografia do Conselho Municipal de Educação de Governador Valadares-MG no âmbito dos Projetos de Extensão Município e Região da Escola do Rio Doce. Governador Valadares: GT 9 / UFMG / UFOP, nov. 2025.

CARVALHO, Cilésia Maria de Oliveira. O silêncio pedagógico na Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves após o rompimento da barragem de Fundão. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

GOVERNADOR VALADARES. Lei nº 3.628, de 10 de dezembro de 1992. Cria o Conselho Municipal de Educação – CME e dá outras providências. Governador Valadares: Câmara Municipal, 1992.

GOVERNADOR VALADARES. Lei nº 6.636, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Governador Valadares para o decênio 2015-2025 e dá outras providências. Governador Valadares: Câmara Municipal, 2015.

GOVERNADOR VALADARES. Lei nº 7.533, de 12 de julho de 2023. Dispõe sobre a estrutura organizacional e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Governador Valadares – CME/GV e dá outras providências. Governador Valadares: Câmara Municipal, 2023.

GOVERNADOR VALADARES. Lei nº 7.717, de 15 de julho de 2024. Altera a Lei nº 7.533/2023 sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Educação de Governador Valadares – CME/GV. Governador Valadares: Câmara Municipal, 2024.

GOVERNADOR VALADARES. Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação (CME/GV). Governador Valadares: CME, aprovado em 16 abr. 2025.

HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. A prática do silêncio pedagógico no contexto minerário. Revista Brasileira de Educação Básica, Belo Horizonte, v. 5, n. especial – Educação e desastres minerários, p. 1-15, jan. 2022.

HUNZICKER, Adriane Cristina de Melo; LEITE, Anderson F. Cartografia das práticas minerárias no município de Governador Valadares. Curso de Aperfeiçoamento: Mineração, Rompimento da Barragem e Revitalização: desafios para a Educação. Belo Horizonte: PEBRID / UFMG / UFOP, 2024.

PEBRID – Programa Escola do Rio Doce. Guia do Cursista – Curso de Especialização da Escola da Bacia do Rio Doce. Belo Horizonte; Ouro Preto: UFMG / UFOP, 2024.

PEBRID – Programa Escola do Rio Doce. Plano Pedagógico do Projeto de Extensão Revitalização da Bacia do Rio Doce: desafios para o Plano Municipal de Educação. Belo Horizonte; Ouro Preto: UFMG / UFOP / FUNDEP, 2021.

PEBRID – Programa Escola do Rio Doce. Projeto Pedagógico Experimental do Município de Governador Valadares (PPEM-GV). Governador Valadares: GT 9 / UFMG / UFOP, 2026.

PIRES, Ana Heloísa Silva e. Educação ambiental e o desastre da mineração em Brumadinho-MG: percepções e práticas pedagógicas de professores do ensino fundamental. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. Manual de mapeo colectivo: recursos cartográficos para procesos territoriales de creación colaborativa. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SILVA, Lucimar de Cássia Fonseca. Mineração e educação: indícios e enfrentamento do silêncio pedagógico em Governador Valadares. Revista de Educação do Vale do Rio Doce, Governador Valadares, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2025.

TTAC – Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta. Acordo celebrado entre União, Estados de MG e ES, Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda. Brasília: DF, 2016.

UFMG; UFOP. Cartografia do Conselho Municipal de Educação (CME) de Governador Valadares - MG. Ouro Preto; Belo Horizonte: PEBRID, 2025.

UFMG; UFOP. Portfólio Final Governador Valadares - MG: Programa Escola do Rio Doce (2021–2026). Belo Horizonte; Ouro Preto: UFMG / UFOP, 2026.

UFMG; UFOP. Relatório do Seminário Municipal: Apresentação do Projeto Pedagógico Experimental do Município (PPEM) – Contribuições para o novo Plano Municipal de Educação em Governador Valadares-MG. Governador Valadares: PEBRID / UFMG / UFOP, 28 abr. 2026.

UFMG; UFOP. Síntese das Cartografias – Governador Valadares. Belo Horizonte; Ouro Preto: Programa Escola do Rio Doce, 2025.

UFOP; UFMG. Cartografia dos Projetos Pedagógicos Experimentais das Escolas (PPEEs) – Governador Valadares. Ouro Preto; Belo Horizonte: Programa Escola do Rio Doce, 2024.